



Votos do STF admitindo que relator homologue delação foram destaque

Um julgamento ainda suspenso, mas já [com placar de 7 votos a 0](#), indica que o Supremo Tribunal Federal atribuiu ao relator de cada processo penal o poder de homologar acordos de delação premiada e verificar se os termos são legais e foram fechados de forma espontânea, quando a decisão passa por órgão colegiado.

A controvérsia ganhou destaque com a aprovação de acordo firmado por delatores da JBS. O ministro Gilmar Mendes ainda não declarou voto, mas defendeu as atribuições do colegiado em reanalisar benefícios negociados. Parte dos demais integrantes da corte, porém, entende que cabe ao Plenário

decidir a eficácia. Todos os ministros concordam com o ministro Edson



Edson Fachin continua com relatoria da delação premiada da JBS

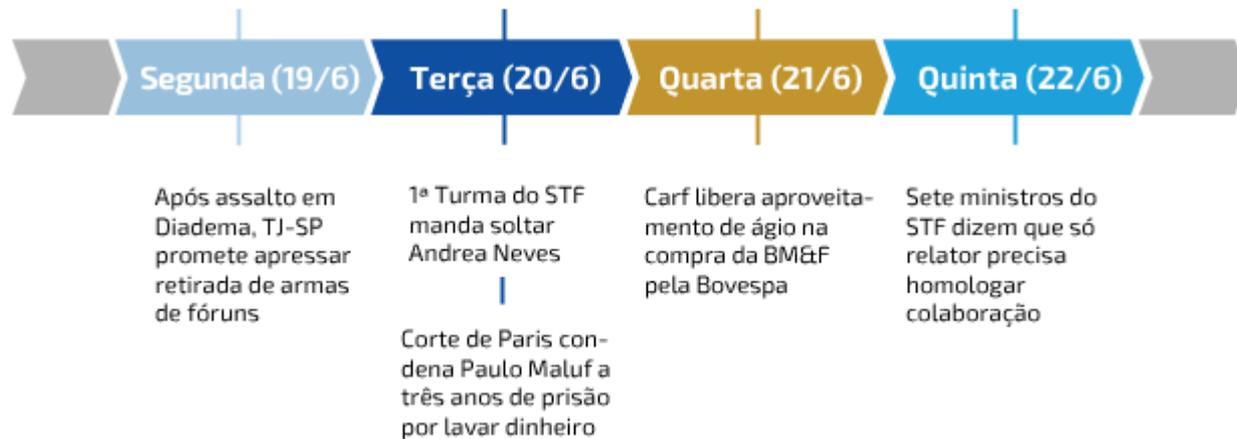
Comissão de Assuntos Sociais do Senado rejeita reforma trabalhista

Sessão secreta do TJ-SP discute fim de placas pretas em carros oficiais de desembargadores

Juiz proíbe venda das filiais da JBS no Paraguai, no Uruguai e na Argentina

Justiça Federal rejeita queixa-crime de Temer contra Joesley Batista

Governo publica regras do programa de regularização tributária (Instrução Normativa 1.711)



PROPRIEDADE INTELECTUAL

Liberdade de expressão

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça resolveu outro conflito, que já durava sete anos, ao autorizar



o funcionamento do site *Falha de S.Paulo*, paródia do jornal *Folha de S.Paulo*. Por 4 votos a 1, [o colegiado entendeu que a legislação de direito autoral](#) protege o direito à irreverência do direito ao entretenimento. A *Folha* dizia que o “concorrente” poderia confundir seus leitores e reproduzia totalmente a obra originária, porém a maioria dos ministros rejeitou os argumentos.

DIREITO DE FAMÍLIA

Direito personalíssimo

Previdência privada não entra na partilha de bens em caso de fim de uma união estável. [Segundo a 3ª Turma do STJ](#), isso ocorre porque esse tipo de investimento está incluído no rol das exceções do artigo 1.659, VII, do Código Civil de 2002 e, portanto, é excluído da partilha.

FRASES



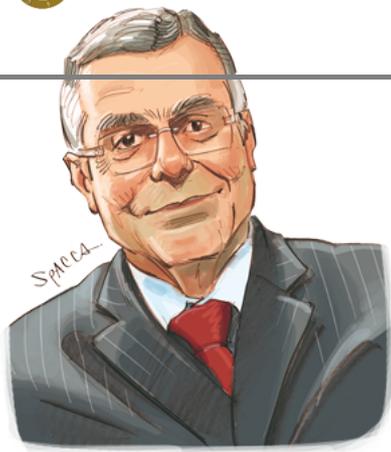
Não há um advogado sério, um consultor jurídico sério, que possa

chegar para um investidor e falar o seguinte: ‘Pode investir no Brasil, você não vai ter problemas com a Justiça’. Quem falar isso não estará sendo sério”
— Ministro **Alexandre de Moraes** durante evento no Rio de Janeiro

O constituinte, ao estabelecer a regra da imunidade prisional para os parlamentares, apenas com a exceção no caso de flagrante delito por crime inafiançável, já solucionou *a priori* o possível conflito de interesses que poderia haver entre liberdade e prisão preventiva, de modo a prevalecer a primeira. Goste-se ou não, é o teor da regra constitucional, democraticamente votada e promulgada”

— Criminalista **Alberto Toron** em artigo na *Folha de S.Paulo*, ao defender a liberdade do senador afastado Aécio Neves, defendido por ele

Spacca



ENTREVISTA DA SEMANA

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, **Milton Fernandes de Souza**, avalia que mudar regras de aposentadoria no serviço público diminuiria a qualidade da magistratura, ao estimular que muita “gente boa” procure áreas com melhor remuneração.

Em [entrevista à ConJur](#), o desembargador disse que analisa criar varas especializadas, falou sobre a ampliação das audiências de custódia no interior do estado e comentou a dificuldade de assumir o tribunal em grave período econômico no Rio de Janeiro. Ele havia perdido votação interna para a Presidência do TJ-RJ, mas foi escolhido depois que o STF anulou a reeleição de Luiz Zveiter para o comando da corte.

RANKING



2,5 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



817 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

A notícia mais lida, com 276,1 mil acessos, foi sobre decisão do STJ que

[condenou a Editora Abril](#) a indenizar a atriz Isis Valverde em R\$ 40 mil por danos morais. A ação foi movida porque a revista *Playboy* publicou foto do momento em que os seios da atriz apareceram, acidentalmente, durante as gravações de uma novela.

A 4ª Turma afirmou que, embora famosos tenham relativizado o direito à imagem, não podem ser retratados de forma vexatória ou humilhante.

Com 86,5 mil visitas, ficou em segundo lugar do ranking notícia sobre decisão que [obriga o Facebook a informar os dados](#) de uma usuária ao senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). A mulher escreveu, por exemplo, que o tucano é ligado ao tráfico de drogas e citado na “lava jato”. Como a publicação gerou muita repercussão, Aécio alega dano à imagem.



As 10 mais lidas

[Isis Valverde será indenizada por foto em situação vexatória](#)

[Juiz obriga Facebook a fornecer dados de usuária para Aécio Neves](#)

[Desembargador aumenta honorários e critica juiz que definiu valor](#)

[Google deve retirar resultados sobre Kataguiri, Ney Matogrosso e *impeachment*](#)

[TST reverte justa causa de motorista de caminhão que dirigiu bêbado](#)

[Em sessão secreta, TJ-SP discute fim de placa especial de carros de magistrados](#)

[Juiz usa teoria dos jogos para restabelecer vínculo de servidor dos Correios](#)

[Mesmo com fonte de renda, filha de servidor mantém pensão por morte](#)

[Previdência privada fechada não entra na partilha de união estável](#)

[Coluna *Senso Incomum*: Exóticas, teorias usadas pelo MPF no caso Lula seriam chumbadas pelo CNMP](#)

Manchetes da Semana

[Entrar com embargos após trânsito em julgado é litigância de má-fé, diz TST](#)

[STF começa a ampliar debate sobre revisão de delação homologada](#)

[CNJ permite notários conciliadores, mas impede a prática nos cartórios](#)

[Previdência privada fechada não entra na partilha de união estável](#)

[É ilegal determinar prisão para quem teve pena prescrita, define TRF-4](#)

[Uso de dados privilegiados no mercado financeiro é crime, afirma ministro do STJ](#)

[Comprar droga para ser usada com amigos não é considerado tráfico](#)

[Sentença de caso de violência doméstica pode fixar indenização por danos morais](#)

[Bem de família pode ser penhorado se devedor tenta burlar cobrança fiscal](#)

[Entrevista – Milton de Souza: “Mudar aposentadoria pública diminuiria a qualidade da magistratura”](#)

Date Created

24/06/2017